MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PRÓ-REITORIA DE ENSINO

Avenida Rio Branco, 50 – Santa Lúcia – 29056-255 – Vitória – ES

27 3357-7500

ATA DA REUNIÃO DA CÂMARA DE ENSINO TÉCNICO

03 de junho de 2019

No dia três de junho de dois mil e dezenove, às nove horas, reuniu-se a Câmara de Ensino Técnico, via webconferência, sob a Presidência da Pró-Reitora de Ensino, a senhora Adriana Pionttkovsky Barcellos, com a presença dos seguintes membros: Sérgio Nery Simões, Lidiane Leite Vasconcelos, Jacyara Conceição Rosa Mardgan, Augusto Cesar Machado Ramos, Jean Pierre de Oliveira Bone, Dayane Graciele de Jesus Miranda Contarato, Messenas Miranda Rocha, Michel Bruno Taffner, Anderson William Dominghetti, Georgia Bulian Souza Almeida, Jardel Merlim Faria, Edilson Luiz do Nascimento, Bruno dos Santos Prado Moura, Sheila Faúla Muniz, Felipe Cuquetto Piekarz, Abiney Lemos Cardoso, Carolina Maria Palácios de Souza, Fortunato Brunetti Lambert, Luiz Henrique Lima Faria, Cássia Aparecida Gobeti dos Santos, Claudia da Cunha Monte Oliveira, Thais Vianna Silva, Flávio Palhano Fernandes, Haroldo Barcelos Junior, Elizabete Gerlânia Caron Sandrini, Rafael Cerqueira do Nascimento, Eloana Costa de Morais, Wagner Teixeira da Costa, Maíra Maciel Mattos de Oliveira, Daniel Lanna Peixoto, Fernanda Zanetti Becalli, Hildegardo Seibert França, Márcio Almeida Có, Marisa Cruz Coser, Pedro Sérgio da Silveira, Marianna Fontes Leal, Édiron Natalli Gomide e Ivan Almeida Rozario Junior. Convidados: Daniel Farinelli Leite, Gabriel Pinto Guimarães, Leonardo Nunes Domingos e Edna Graça Scopel. A Pró-Reitora de Ensino, Adriana P. Barcellos, abriu a reunião, agradeceu a presença de todos e em seguida fez a leitura da pauta, com os seguintes pontos: **1 Informes; 2 Aprovação da ata da reunião realizada em 11 de março de 2019; 3 Apreciação da solicitação de extinção do Curso Técnico em Meio Ambiente subsequente ao Ensino Médio do Campus Santa Teresa; 4 Apreciação das alterações no Curso Técnico em Agroindústria integrado ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA do Campus Santa Teresa: alteração da oferta de semestral para anual, suspensão da oferta de 2019/2; 5 Apreciação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agricultura concomitante ao Ensino Médio do Campus Barra de São Francisco – processo 23543.000414/2019-15; 6**

Apreciação da Revisão do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Guia de Turismo integrado ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA do Campus Vitória; 7 Informações sobre o calendário de referência para os cursos técnicos; 8 Apreciação do pedido de ajuste de matriz do Curso Técnico em Manutenção Eletromecânica Ferroviária integrado ao Ensino Médio do Campus Cariacica; 9 Apreciação do pedido de ajuste de matriz do Curso Técnico em Portos integrado ao Ensino Médio do Campus Cariacica; 10 Apreciação do pedido de ajuste de matriz do Curso Técnico em Administração integrado ao Ensino Médio do Campus Cariacica; 11. Apreciação da solicitação de ampliação de vagas no Curso Técnico em Agropecuária para o ano letivo de 2020 – Campus de Alegre. A pauta foi aprovada por todos. Adriana fez um breve relato destacando que as reuniões a distância seriam mais frequentes em função dos cortes no orçamento e dos ajustes necessários para o desenvolvimento das atividades em 2019. Em seguida, Adriana abriu o **item 1**, informando que as atividades das diretrizes dos cursos técnicos integrados estavam sendo finalizadas nos campi. Adriana explicou que a comissão central já estava recebendo os trabalhos de alguns campi e que a partir da segunda semana do mês de junho se iniciaria a etapa de sistematização das sugestões, alterações ou proposições enviadas pelos campi. Em relação ao Regulamento da Organização Didática (ROD) dos Cursos Técnicos, Adriana informou que o trabalho nos campi se encerraria em 21 de junho e que posteriormente a comissão central trabalharia na sistematização das sugestões enviadas pelos campi. Adriana explicou que possivelmente as discussões e aprovações do ROD e das diretrizes seriam realizadas em reuniões presenciais, dependendo do nível das sugestões. Adriana explicou que as reuniões para apreciação e aprovação dos referidos documentos seriam extraordinárias. **Informe 2**. Adriana fez um breve relato a respeito da regulamentação de carga horária docente destacando que o Ifes estava passando por uma situação desconfortável nos últimos semestres, uma vez que existia a Portaria 17/2016 do Ministério da Educação (MEC), que não detalhava a carga horária docente, e o Ifes estava sem um regulamento próprio, fazendo com que os campi ficassem tramitando entre a Portaria 17/2016 do MEC e a Resolução CD 32/2008 do Cefetes/Ifes. Adriana informou que a previsão era de que o trabalho de elaboração da regulamentação acontecesse um pouco mais rápido, uma vez que já havia sido realizada ampla discussão nos campi nos anos anteriores. Foi nomeada uma comissão que elaborou uma minuta que foi disponibilizada para consulta pública. A consulta gerou muitas questões e a comissão precisou de um prazo para trabalhar as sugestões. Adriana explicou que a minuta estava na Procuradoria para análise e emissão de parecer jurídico e informou que havia sido criada uma metodologia para iniciar os trabalhos de aprovação nas instâncias deliberativas. Adriana mencionou que havia sido elaborado um calendário de reuniões extraordinárias do Conselho de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação e Extensão (Cepe), do Colégio de Dirigentes e do Conselho Superior para apreciação da minuta. A minuta será enviada aos membros do Cepe acompanhada do link de um formulário eletrônico para

que os conselheiros preencham apresentando os destaques que julgarem necessários. Adriana explicou que o segundo semestre de 2019 seria de adaptação e informou que o Ifes estava respaldado por um ato do reitor estabelecendo que seria um semestre de adaptação. Para o primeiro semestre de 2020, todos os campi deverão estar adaptados à nova regulamentação do Ifes. Ivan (Foneabi) perguntou se a resolução estaria vigente até sair alguma orientação do MEC. Adriana explicou que atualmente o documento vigente do MEC era a Portaria 17 e que a regulamentação do Ifes havia sido elaborada em conformidade com a referida portaria. Caso mude a Portaria 17 do MEC e a resolução do Ifes não atenda, será necessário fazer uma revisão. Adriana esclareceu que o Conselho das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) havia encaminhado uma indicação de alterações na época em que a Portaria 17/2016 fora publicada e que o MEC ainda não havia dado uma devolutiva. Tinha-se conhecimento até o governo passado que haveria uma nova portaria, mas que não alterava o que o Conif havia proposto. **Informe 3**. Adriana fez um breve relato destacando que em nível nacional já haviam sido suspensos 02 (dois) fóruns que os pró-reitores de ensino fariam em 2019. O Conif deu uma pausa em todas as discussões que vinham sendo feitas pelas comissões que estavam trabalhando em âmbito nacional. Adriana informou que estava sendo aguardada uma definição do Conif para saber se aconteceria o seminário do ensino médio integrado, que seria a terceira edição. **Informe 4**. Adriana fez um breve relato sobre a minuta de eleição de coordenadores de cursos informando que em 2018 tinha sido instituída uma comissão que havia elaborado uma proposta de resolução. Adriana fez um breve histórico explicando que anteriormente já havia sido nomeada uma primeira comissão que apresentara uma minuta, porém o documento havia ficado parado. Posteriormente foi decido criar uma nova comissão para ajustar a proposta e encaminhar o documento para apreciação nas instâncias do Ifes. Na última reunião da Câmara de Ensino Técnico, realizada em 11 de março, a minuta foi submetida à apreciação, mas não avançou em função de vários questionamentos. Após muitas discussões, foi decidido que a minuta seria encaminhada ao Cepe para que o Conselho deliberasse se seria constituída uma nova comissão ou definisse qual seria o caminho para a realização de eleição de coordenadores de cursos no Ifes. Adriana mencionou que muitas coisas haviam sido apontadas na reunião da Câmara de Ensino Técnico e que seria preciso avaliar o que era possível fazer institucionalmente. Essa atribuição será delegada ao Cepe, que deverá analisar como tratar o assunto em nível institucional. São muitas práticas diferenciadas e haverá muita discussão, pois existem diferentes estruturas no Ifes. A ideia não é que o procedimento seja padronizado, mas que haja um caminho institucional para a realização de eleição de coordenadores de cursos que atenda a todos os campi. **Informe 5**. Adriana explicou que o Ministério Público Federal do Espírito Santo havia convidado a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e o Ifes para uma reunião no momento em que fora anunciado o contingenciamento dos recursos. A reunião foi realizada com a Procuradora Dra. Elisandra de Oliveira Olímpio que queria

entender melhor os impactos disso nas instituições e se Ministério Público poderia ajudar de alguma forma. O encaminhamento da reunião foi a realização de uma audiência pública para dar maior visibilidade a esses impactos e chamar a sociedade para participar da discussão. Adriana informou que a Ufes tinha um comitê intitulado “em defesa da Ufes” e que havia o indicativo de o Ifes também criar um comitê para organizar a audiência pública junto com o Ministério Público. Foi criado um comitê institucional do Ifes e a audiência pública será realizada no dia 10 de junho de 2019 no teatro da Ufes. Adriana passou a presidência da reunião para Sérgio Nery Simões, Diretor de Ensino Técnico, pois precisava participar de uma outra reunião. Sérgio deu prosseguimento à pauta da reunião e abriu o **item 2**, submetendo aos membros da Câmara a Ata da reunião anterior, realizada em 11 de março de 2019; a Ata foi aprovada. Sérgio alterou a ordem da pauta e abriu o **item 5**, apreciação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico (PPC) em Agricultura concomitante ao Ensino Médio do Campus Barra de São Francisco. A palavra foi passada para Dayane Graciele de Jesus Miranda Contarato, Diretora de Ensino do Campus Barra de São Francisco, e Gabriel Pinto Guimarães, membro da comissão responsável pela elaboração do PPC. Dayane fez um breve relato informando que a proposta havia surgido a partir de uma demanda estabelecida por Convênio Tripartite entre a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Norte do Espírito Santo (Sicoob Norte) o Ifes e a prefeitura de Barra de São Francisco com o objetivo de viabilizar a implantação do Campus Barra de São Francisco sem ônus para o Ifes. Dayane explicou que o campus ainda não tinha sede própria e que estava em fase de construção. Até 2018, o Campus Barra de São Francisco funcionou nas dependências de uma escola municipal com a oferta do Curso Técnico em Administração concomitante ao Ensino Médio, do Curso de Bacharelado em Administração, Jovem Aprendiz e cursos de extensão. A estrutura da escola não comportava a oferta de mais cursos e iniciou-se um estudo para verificar formas de resolver a situação. Foi então identificado em Barra de São Francisco um espaço que poderia atender às necessidades do campus até a construção da sede. Dayane explicou que em contrapartida havia várias atribuições para o Ifes e que o destaque era a oferta de cursos para o desenvolvimento regional, principalmente no setor de agricultura. As contribuições da prefeitura ocorrem por meio de aquisição de equipamentos e estrutura que serão cedidos definitivamente para o campus. Foi realizada uma pesquisa de interesse na comunidade local com respondentes entre 16 e 30 anos, maioria desempregada que afirmaram ter interesse pelo curso proposto. Os dados do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper) e do censo agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontaram para a vocação agrícola da região. O Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba – PEDEAG 2015 – 2030, abrange as potencialidades da região de Barra de São Francisco destacando a agricultura familiar, a apicultura, a fruticultura e a cafeicultura. Dayane informou que o campus tinha interesse em ofertar o Curso Técnico em Agricultura integrado ao Ensino Médio futuramente e seguir para a verticalização.

Gabriel (Campus Barra de São Francisco) mencionou que o campus havia usado como base o PPC do Campus Centro-Serrano e que haviam sido feitas visitas às propriedades da região, conversas com donos de estabelecimentos agrícolas, Incaper, produtores rurais, Secretaria de Agricultura e presidentes de associações para verificar quais seriam as principais disciplinas para a matriz curricular, de modo que não descaracterizasse a identidade agrícola da região. Em seguida, Gabriel apresentou a matriz curricular e informou que o estágio era não obrigatório com carga horária de 80 horas. Apesar de não ser obrigatório, o estágio é importante para melhor identificação dos variados campos de atuação. O estágio deve ser realizado em áreas relacionadas a ciências agrárias, a partir da conclusão de 50% (cinquenta por cento) da matriz curricular. As partes envolvidas são o setor de estágio do Campus Barra de São Francisco, o coordenador de curso, o professor orientador, a unidade concedente e o estagiário. A avaliação é realizada por meio do trabalho de conclusão de estágio e do relatório final avaliado pela empresa, pelo professor orientador e pelo coordenador de curso. Márcio (Campus Vitória) mencionou que havia sido enviado um ofício para a prefeitura solicitando o uso de espaço das escolas e perguntou se havia resposta a esse ofício. Gabriel informou que sim e explicou que o Campus Itapina também ajudaria com o empréstimo de materiais e espaço para as aulas práticas. Gabriel explicou que a prefeitura havia enviado um ofício cedendo o espaço da escola família, que também tinha uma boa estrutura para a realização de aulas práticas, e materiais para o desenvolvimento dessas aulas. Edilson (Campus Serra) perguntou se a entrada seria semestral ou anual e Dayane informou que a entrada seria anual e sempre no segundo semestre para haver alternância com o Curso Técnico em Administração. Edilson perguntou como o campus faria com os alunos reprovados nas disciplinas sendo o curso anual. Edilson perguntou se havia professores para os regimes de dependência. Gabriel explicou que os casos de reprovação seguiriam as orientações do ROD dos Cursos Técnicos. Jardel (Campus São Mateus) perguntou se o campus havia feito pesquisa para saber se o público tinha preferência pelo curso diurno ou noturno. Gabriel informou que o campus havia realizado pesquisa de demanda e que o público não tinha especificado se preferia o curso diurno ou noturno. A comissão observou que grande parte dos pesquisados não trabalhavam. Edilson (Campus Serra) fez um questionamento referente à necessidade de recursos financeiros. Dayane informou que haveria o apoio mediado pelo convênio e o uso dos espaços compartilhados para as aulas práticas. Findas as discussões e os esclarecimentos, Sérgio propôs a realização de votação para a aprovação do projeto. O PPC do Curso Técnico em Agricultura concomitante ao Ensino Médio do Campus Barra de São Francisco foi aprovado. Para o **item 3**, apreciação da solicitação de extinção do Curso Técnico em Meio Ambiente subsequente ao Ensino Médio do Campus Santa Teresa, Adriana fez um breve relato sobre a motivação para a solicitação de extinção do curso. Adriana explicou que quando o curso iniciou a oferta havia grande aceitação na região, porém o público-alvo do curso eram trabalhadores que tinham dificuldades com os estudos e começou

a haver alta evasão e dificuldade para manter as turmas até que não houve mais matriculados. Adriana informou que em 2013 houve 36 inscritos e 34 matriculados, situação que se manteve em 2014, em 2015 houve poucos inscritos sem matriculados e essa foi a condição dos anos seguintes. Era um curso semestral no qual não se efetivavam turmas desde 2015. O campus fez uma série de estudos e decidiu pedir a extinção do curso. Edilson (Campus Serra) perguntou como seria utilizada a carga horária do curso. Adriana explicou que, de acordo com o diretor de ensino do campus, a carga horária já havia sido realocada desde 2015 quando o curso não formou mais turmas. Jardel (Campus São Mateus) perguntou se havia sido feito um levantamento sobre o motivo da baixa procura pelo curso. Adriana explicou que o campus havia observado a dificuldade do público trabalhador e que algumas comunidades não tinham o transporte para os alunos irem para o campus, mas que não sabia informar se o campus havia feito um levantamento. Adriana mencionou que o campus havia desenvolvido algumas estratégias como ir às comunidades e fazer uma busca ativa. Contudo, a procura foi diminuindo até não haver nenhum aluno matriculado. Jardel perguntou se ainda havia turmas para concluir o curso e Adriana informou que não. Findos os esclarecimentos, a extinção do Curso Técnico em Meio Ambiente subsequente ao Ensino Médio do Campus Santa Teresa foi aprovada com 01 (uma) abstenção. Para o **item 4**, apreciação das alterações no Curso Técnico em Agroindústria integrado ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA do Campus Santa Teresa: alteração da oferta de semestral para anual, suspensão da oferta de 2019/2, Adriana relatou que o curso também estava tendo dificuldades para formar turmas, mas que o campus não tinha intenção de extinguir o curso. Adriana informou que o campus estava se reorganizando e fazendo uma análise no PPC para realizar algumas alterações no curso. O campus está estudando uma nova forma de oferta e tem o indicativo de oferta de outro curso além do curso de agroindústria. Adriana salientou que o PPC precisava de algumas adaptações para que o curso pudesse continuar a ser ofertado. Houve busca ativa nas comunidades, mas nos últimos processos seletivos o número de inscritos foi baixo e o campus decidiu suspender a oferta em 2019/2. Adriana explicou que já havia autorizado *ad referendum* a suspensão da oferta no processo seletivo 2019/2 e informou que o campus também estava solicitando a alteração da periodicidade de oferta de semestral para anual a partir de 2020. Márcio (Campus Vitória) perguntou se a alteração da periodicidade de oferta de semestral para anual não poderia ser feita junto com a reformulação do PPC e Adriana informou que poderia ser verificada essa possibilidade. Findos os esclarecimentos, as alterações no Curso Técnico em Agroindústria integrado ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA do Campus Santa Teresa foram aprovadas. Adriana alterou a ordem da pauta e abriu o **item 7**, informações sobre o calendário de referência para os cursos técnicos. A palavra foi passada para Wagner Teixeira da Costa para apresentação da proposta. Wagner explicou que o Fórum de Gestores de Ensino (FGE) havia sugerido em reunião realizada no dia 16 de abril, que houvesse uma proposta

de calendário de referência para os cursos. A solicitação foi enviada para a Câmara de Ensino Técnico com o intuito de elaborar um calendário de referência para os campi montarem seus calendários para 2020. O FGE trouxe a sugestão para a Câmara decidir se aprova ou não. Wagner explicou que a ideia era nomear uma comissão constituída por 02 (dois) representantes do FGE, 02 (dois) representantes do Fórum de Registros Acadêmicos (FRA) e 02 (dois) representantes do Fórum de Gestão Pedagógica (FGP). Sérgio propôs a realização de votação e a proposta de elaboração do calendário de referência foi aprovada. Os fóruns deverão enviar os nomes dos representantes para a Diretoria de Ensino Técnico até 18 de junho. Para o **item 6**, apreciação da Revisão do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Guia de Turismo integrado ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA do Campus Vitória, a palavra foi passada para Bruno dos Santos Prado Moura, Coordenador do Curso. Bruno fez um breve relato informando que as alterações no PPC visavam atualizar dados e a estrutura do curso adequando-o à realidade da coordenadoria do Proeja e da equipe de profissionais que atuam no curso. As alterações são pontuais e não são significativas. Em seguida, Bruno apresentou a matriz do curso explicando que os ajustes realizados consistiam em diminuir carga horária e na modificação de nomenclatura de algumas disciplinas. Bruno explicou que a disciplina Projeto Integrador havia sido substituída por Fundamentos do Turismo e Hospitalidade. Além disso, houve ajuste na distribuição das disciplinas técnicas e foram introduzidas as atividades complementares de formação. Jardel (Campus São Mateus) perguntou se o curso tinha muita demanda e Bruno informou que sim. Jardel perguntou se haviam sido identificados alunos de outras regiões fora da Grande Vitória. Bruno explicou que o campus ainda não havia feito esse levantamento, mas que grande parte dos alunos era da Grande Vitória. Ivan (Foneabi) e Edilson (Campus Serra) perguntaram sobre a evasão e a retenção. Bruno explicou que o campus não trabalhava com o conceito de evasão na EJA, pois os alunos eram trabalhadores, deixavam de frequentar o curso em algum momento, mas retornavam após resolverem os seus problemas e o campus sempre acolhia esses alunos e buscava estratégias pedagógicas para melhorar o desempenho dos estudantes. Bruno relatou que havia recentemente os impactos da falta do apoio proveniente da assistência estudantil e que muitos alunos não tinham recursos para pagar a passagem do ônibus. Edilson (Campus Serra) perguntou se o curso não poderia ser ofertado em 03 (três) anos e Bruno explicou que o curso com duração de 03 (três) anos e meio era o ideal, pois seria difícil trabalhar com um curso muito condensado. Edna (Campus Vitória) explicou que a legislação determinava que o curso tivesse carga horária mínima de 2400 horas e como o curso era noturno seria difícil reduzir o tempo de duração. Edilson (Campus Serra) perguntou se não seria possível diminuir a carga horária da base comum para 1200 horas e Edna explicou que as disciplinas de Geografia, Artes, História e Línguas eram consideradas disciplinas técnicas no referido curso. Finda a apresentação e os devidos esclarecimentos, a revisão do PPC do Curso Técnico em Guia de Turismo integrado ao Ensino Médio

na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA do Campus Vitória foi aprovada. Para os **itens 8**, apreciação do pedido de ajuste de matriz do Curso Técnico em Manutenção Eletromecânica Ferroviária integrado ao Ensino Médio do Campus Cariacica; **9**, apreciação do pedido de ajuste de matriz do Curso Técnico em Portos integrado ao Ensino Médio do Campus Cariacica; e **10**, apreciação do pedido de ajuste de matriz do Curso Técnico em Administração integrado ao Ensino Médio do Campus Cariacica, a palavra foi passada para Michel Bruno Taffner, Diretor de Ensino do Campus Cariacica. Michel explicou que os ajustes eram simples e que basicamente as alterações nas matrizes eram referentes às cargas horárias das disciplinas de Filosofia e Sociologia. Michel explicou que haviam sido feitos ajustes em disciplinas das áreas técnicas dos referidos cursos, respeitando as cargas horárias. Com isso, as disciplinas passaram de Filosofia/Sociologia, com 50 minutos, para Filosofia, com 50 minutos, e Sociologia, com 50 minutos, atendendo a uma solicitação dos professores da área. Michel explicou que os 03 (três) cursos haviam sido remodelados desde 2016 e que as matrizes atuais já previam essas disciplinas separadas. Findos os esclarecimentos, os ajustes de matriz dos Cursos Técnicos em Manutenção Eletromecânica Ferroviária integrado ao Ensino Médio, em Portos integrado ao Ensino Médio e em Administração integrado ao Ensino Médio do Campus Cariacica foram aprovados. Para o **item 11**, apreciação da solicitação de ampliação de vagas no Curso Técnico em Agropecuária para o ano letivo de 2020 – Campus de Alegre, a palavra foi passada para Jacyara Conceição Rosa Mardgan, Diretora de Ensino do Campus de Alegre. Jacyara fez um breve relato informando que a solicitação era decorrente de uma análise de demanda com base no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2020-2025), bem como na Plataforma Nilo Peçanha. Em seguida, Jacyara apresentou os dados da referida plataforma e explicou que para o campus realizar a ampliação de entrada em curso técnico, o melhor curso era o de agropecuária, pois o referido curso tinha boa procura devido à característica da região. Jacyara explicou que o campus possuía infraestrutura física de salas de aula e laboratórios, bem como condição técnico-pedagógica e administrativa para atendimento da nova demanda. Jacyara informou que havia carga horária docente disponível para a ampliação de vagas. Findos os esclarecimentos, a ampliação de vagas no Curso Técnico em Agropecuária do Campus de Alegre foi aprovada. Nada mais havendo a discutir, Sérgio Nery Simões deu por encerrada a reunião. Eu, Leonardo Nunes Domingos, lavrei a presente ata, que será submetida à aprovação de todos os presentes. Vitória, três de junho de dois mil e dezenove.